

Apresentação – Revista de Direito Constitucional Econômico 2020.2

É com grande satisfação que lançamos a edição 2020.2 da *Revista de Direito Constitucional Econômico*. Este volume reflete o compromisso do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA com a produção de conhecimento jurídico relevante e atual, que dialoga com os principais desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Os artigos aqui reunidos exploram temáticas sensíveis e de alta complexidade, proporcionando análises que transcendem o debate acadêmico e contribuem para a prática jurídica e a formulação de políticas públicas.

Leonardo Florêncio de Carvalho, em artigo intitulado "Fortalecendo o guardião dos direitos? O Supremo Tribunal Federal e as possibilidades de reforma do sistema de nomeação e imposição de mandatos", examina propostas de emendas constitucionais que pretendem reformar o Supremo Tribunal Federal, com foco no sistema de nomeação dos ministros e na vitaliciedade de seus cargos.

Gileade Pereira Souza Maia, em artigo intitulado "Mediação restaurativa e a violência doméstica: a inconveniência do artigo 24 da Resolução 225/2016 do CNJ", busca analisar se a mediação, com enfoque na justiça restaurativa, pode colaborar para o enfrentamento à violência doméstica.

Yhasmin Monteiro, em artigo intitulado "O paradigma entre democracia e a interpretação evolutiva dos direitos humanos", busca esclarecer, por meio de uma análise comparativa dos mecanismos adotados pelas cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos, como se dá, nos dois sistemas regionais, a relação entre direitos humanos e democracia.

Caroline Puccioni Katsuda, em artigo intitulado "O direito à alimentação na Corte Interamericana de Direitos Humanos: o caso Lhaka Honhat", visa estudar o Direito à Alimentação em casos contenciosos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com ênfase no Caso Comunidades Indígenas Membros da Associação Lhaka Honhat vs. Argentina, no qual o Estado foi condenado pela violação deste direito com base no artigo 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Saulo Góes Pinto e Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, em artigo intitulado "A liberdade religiosa indevidamente utilizada como escudo para a prática da homotransfobia", analisam os conceitos de exercício do direito de crença e discurso de ódio, destacando as diferenças entre ambos e a utilização indevida da religião como justificativa para a prática da homotransfobia.

Encerramos esta edição reforçando o papel fundamental do Mestrado em Direito Constitucional Econômico na formação de um pensamento jurídico inovador e comprometido com os valores democráticos e a proteção dos direitos humanos. A diversidade de abordagens e a profundidade das análises apresentadas são um convite ao leitor para refletir sobre os desafios e caminhos do Direito na contemporaneidade.

Boa leitura.

André de Carvalho Ramos

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa
Educação)

Editor da Revista de Direito Econômico

Marina Faraco

Coordenadora Substituta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da
UNIALFA (Alfa Educação)

Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico